

Clube de Paris quer juros atrasados

25 JAN 1990 JORNAL DA TARDE

Nenhuma negociação financeira internacional na área da dívida externa poderá ser reaberta com o Brasil enquanto o País não reiniciar os pagamentos dos juros atrasados previstos no acordo firmado com o Clube de Paris em dezembro de 1988. Esse recado será transmitido no próximo dia 6 de fevereiro, em Paris, pelo presidente do Tesouro francês e do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, à assessora especial do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, a economista Zélia Cardoso de Mello.

O contato com o francês Jean Claude Trichet foi solicitado pela assessoria de Collor de Mello e faz parte do programa paralelo que Zélia Cardoso de Mello deverá desenvolver em Paris, no mesmo momento em que o presidente eleito estiver se reunindo com o presidente François Mitterrand e com o primeiro-ministro Michel Rocard. Zélia tem encontro marcado também com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cuja sede é na capital francesa.

Alguns sinais positivos foram captados por aqui. O Clube de Paris teria recebido garantias do atual governo brasileiro de que o pagamento dos juros deverá ser reiniciado até o final de fevereiro, o que poderia facilitar qualquer entendimento com o futuro governo Collor de Mello. O chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, diplomata Sérgio Amaral, já teria acenado nessa direção, alertando o Clube de Paris das intenções de Brasília.

No momento, tanto o FMI como o Clube de Paris estão empenhados em encaminhar soluções para os problemas dos países do Leste que bateram às suas portas. Além da Hungria, onde se encontra uma missão do FMI, a Polônia

poderá ser um dos primeiros países da área a anunciar a conclusão de um acordo.

Mas apesar de toda a boa vontade dos governos dos países ricos ocidentais para que sejam ampliadas as facilidades ao Leste, a Polônia terá que se submeter a um rígido programa de ajustamento interno, do tipo clássico, centrado em quatro áreas: drástica redução do déficit orçamentário, política de controle de salários, restrições na política de crédito e reaproximação das taxas de câmbio oficial e oficioso. O programa de austeridade objetiva reduzir rapidamente a inflação de 200% no final de dezembro, para menos de 100% até o final de 1990.

Na área do Clube de Paris, uma negociação de reescalamento da dívida já foi aberta com a Polônia (nesse caso, o Brasil aparece como um dos principais credores). Apesar disso, e do iminente acordo com o FMI, os bancos comerciais mostram-se prudentes, pouco apressados em aprovar novos créditos, aguardando a conclusão desses dois acordos.

Outros países do Leste negociam planos semelhantes com o FMI. É o caso da Hungria, onde também se encontra uma missão do Fundo. A Romênia não faz parte do FMI, mas já manteve os primeiros contatos, e uma missão do Fundo deverá seguir para Bucareste para entendimentos preliminares. Fora da área do Pacto de Varsóvia, a Iugoslávia negocia atualmente com o Fundo um acordo **stand-by**. Todos estes países estão aceitando uma nova condicionalidade, de caráter político: a implantação de um regime democrático, onde se garantam eleições livres e secretas.

Reali Jr., de Paris